


BRICS

Uma alternativa
ao imperialismo?



FRONT

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social



BRICS: **Uma alternativa ao imperialismo?**

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e Front - Instituto
de Estudos Contemporâneos

Apresentação

A crise capitalista que se arrasta desde sua última grande manifestação em 2008 vem ganhando contornos cada vez mais complexos e explosivos em eventos que, ainda que sem relação causal direta, se concatenam e criam um momento histórico característico das fases de transição de épocas. A pandemia da Covid-19, a emergência do conflito na Ucrânia e os riscos de um conflito em Formosa, além da retomada de um governo progressista no Brasil, são exemplos de um mundo em mutação em que o tema da articulação do BRICS ganhou força novamente.

Se por um lado, é evidente que a ordem geopolítica mundial se tornou muito diferente dos anos de domínio absoluto dos Estados Unidos e da imposição das políticas neoliberais no globo, é verdade também que esta articulação enfrenta enormes desafios e resistências tanto externas quanto internas para se consolidar como uma alternativa global e gerar uma nova organização da economia e da governança internacional.

O objetivo do escritório Brasil do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e do Front - Instituto de Estudos Contemporâneos - é trazer aqui a trajetória, as potencialidades e contradições deste projeto, municiando movimentos e organizações populares para um debate que é central e estratégico para os próximos anos.

Nosso objetivo não é o de fazer proselitismo ou oposição, mas o de colocar os argumentos e fatos em discussão que contribuam com o posicionamento e a organização das lutas anti-imperialistas que o atual tempo histórico nos exige.

Boa leitura e bom debate.

O que é o BRICS?

BRICS é um acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O termo foi usado pela primeira vez pelo economista Jim O'Neil, em 2001, que definia como "BRIC" este conjunto de países em desenvolvimento quando não constava ainda a África do Sul. Mas, foi em 2006, por ocasião da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que Brasil, Índia, China e Rússia constituíram pela primeira vez um mecanismo de atuação conjunta e passaram a ser uma força geopolítica real. Em 2011, a África do Sul ingressou no novo bloco diplomático. Desde 2009, os chefes de Estado do BRICS encontram-se anualmente nas reuniões da cúpula do BRICS.

O BRICS tem a função de estabelecer diálogo e cooperação entre os países membros por meio de acordos entre si e nos espaços multilaterais como as Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, o BRICS não é um bloco formalmente constituído como o Mercosul, a Organização de Cooperação de Xangai ou a União Europeia. Ele não tem um documento orientador, um estatuto formal, uma carta de princípios, uma secretaria fixa e nem estruturas ou fundos definidos. Na prática, o BRICS se constitui como uma aliança e se institucionaliza na medida em que a interação e a parceria entre os países aumenta.

Além dos encontros de chefes de Estado, há mais de 30 áreas de cooperação e atuação comum entre os países do BRICS. Na saúde, há pesquisas e esforços coordenados para identificar problemas comuns entre os países, como o combate à tuberculose. Em 2012, foi anunciado o plano de criação do BRICS Cable, um sistema de comunicação por fibra óptica submarina como alternativa ao domínio dos Estados Unidos na área de comunicação. A proposta era uma resposta às denúncias de espionagem de chefes de Estado pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS), com nove grupos de trabalho: infraestrutura, agronegócio, energia, manufatura, finanças e aviação regional e desenvolvimento de capacidades. Já ocorreram reuniões sobre segurança alimentar, agricultura e energia e segurança envolvendo os respectivos ministérios de cada país. São frequentes

as reuniões dos ministros da Economia e presidentes dos Bancos Centrais. Para além dos poderes Executivos, já há um documento de cooperação entre as Supremas Cortes do bloco e, desde 2011, a atuação conjunta de Institutos de Pesquisas e Estatísticas. Há ainda encontros, organizados ou não pelos governos, entre empresários, universidades e cooperativas do bloco.

A principal ferramenta construída até aqui pelo BRICS foi o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), fundado em 2014 para financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento e que tem a pretensão de futuramente se tornar uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. O NBD tem sede em Xangai, na China, e seu capital subscrito inicial era de US\$ 50 bilhões - a partir do aporte inicial igualitário dos membros de US\$ 10 bilhões -, podendo chegar a um montante de US\$ 100 bilhões. O NBD é composto por um conselho de governadores, um conselho de diretores, um presidente e quatro vice-presidentes. A presidência do banco é rotativa e ocupada por um representante dos países do BRICS, enquanto os membros dos demais países participantes ficam responsáveis pela indicação dos quatro vice-presidentes. Atualmente, a presidência do NBD é ocupada pela ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff.

O potencial do BRICS como articulação em desenvolvimento é evidente. Os quatro países fundadores - China, Índia, Rússia e Brasil - estão entre as quinze maiores economias do mundo. E, segundo as previsões do banco Goldman Sachs, em 2075, China e Índia serão, respectivamente, as duas maiores economias do mundo. Estes países concentram ainda parte significativa da população mundial - a China, sozinha, detém um quinto da população mundial - bem como vastas extensões de território - a Rússia é o maior país do planeta em extensão, a China é o terceiro e o Brasil, o quinto. Além disso, estes países concentram bens comuns da natureza cobijados pelo mercado global como minérios, combustíveis fósseis e *commodities* agrícolas.



BRICS em números

Membros fundadores



Brasil



PIB real: US\$ 3.128 trilhões (2021)

PIB real per capita: \$ 14.600 (2021)

Área total: 8.515.770 km²

População: 207.750.291

Taxa de crescimento populacional: 0,64%



Exportações: \$ 317.175 bilhões (2021)

Destino das Exportações: China 28%, Estados Unidos 13% (2019)

Exportações - commodities: ferro, soja, petróleo bruto, açúcar, carnes de aves (2021)

Origem de importações: China 21%, Estados Unidos 18%, Alemanha 6%, Argentina 6% (2019)

Importações - produtos de base: petróleo refinado, peças de veículos, petróleo bruto, circuitos integrados, pesticidas (2019)



Recursos naturais: alumina, bauxita, berílio, ouro, minério de ferro, manganês, níquel, nióbio, fosfatos, platina, estanho, elementos de terras raras, urânio, petróleo, energia hidrelétrica, madeira.

Produtos agrícolas: cana-de-açúcar, soja, milho, leite, mandioca, laranjas, aves, arroz, carne bovina, algodão.

Indústrias: produtos têxteis, sapatos, produtos químicos, cimento, madeira, minério de ferro, estanho, aço, aeronaves, veículos motorizados e peças, outras máquinas e equipamentos.

Rússia



PIB real: US\$ 4.078 trilhões
(2021)

PIB real per capita: \$ 28.000
(2021)

Área total: 17.098.242 km²

População: 141.698.923 (2023)

Taxa de crescimento populacional: -0,24%
(2023 est.)



Exportações: \$ 550.035
bilhões (2021)

Destino das Exportações:
China 14%, Holanda 10%,
Bielorrússia 5%, Alemanha
5% (2019)

Exportações - commodities:
petróleo bruto, petróleo
refinado, gás natural, carvão,
trigo, ferro (2019)

Origem de Importações:
China 20%, Alemanha 13%,
Bielorrússia 6% (2019)

Importações - produtos de base: peças de automóveis e veículos, medicamentos embalados, equipamento de radiodifusão, aeronaves, computadores (2019).



Recursos naturais: grandes depósitos de petróleo, gás natural, carvão e muitos minerais estratégicos, bauxita, reservas de elementos de terras raras, madeira.

Produtos agrícolas: trigo, beterraba, leite, batata, cevada, semente de girassol, milho, aves, aveia, soja.

Indústrias: gama completa de indústrias de mineração e extratores que produzem carvão, petróleo, gás, produtos químicos e metais; todas as formas de construção de máquinas, desde laminadores até aeronaves de alto desempenho e veículos espaciais; indústrias de defesa (incluindo radar, produção de mísseis, componentes eletrônicos avançados, cadeia de armamentos nucleares); construção naval; equipamentos de transporte rodoviário e ferroviário; equipamentos de comunicações; máquinas agrícolas, tratores e equipamentos de construção; equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica; instrumentos médicos e científicos; bens de consumo duráveis, têxteis, alimentos, artesanato.

Índia



PIB real: \$ 9.279 trilhões (2021)

PIB real per capita: \$ 6.600 (2021)

Área total: 3.287.263 km²

População: 1.399.179.585 (2023)

Taxa de crescimento populacional: 0,7% (2023)



Exportações: \$ 643.08 bilhões (2021)

Destino das Exportações: Estados Unidos 17%, Emirados Árabes Unidos 9%, China 5% (2019)

Exportações - commodities: petróleo refinado, diamantes, medicamentos embalados, jóias, arroz (2021)

Origem das Importações: China 15%, Estados Unidos 7%, Emirados Árabes Unidos 6%, Arábia Saudita 5% (2019)

Importações - produtos de base: petróleo bruto, ouro, carvão, diamantes, gás natural (2019).

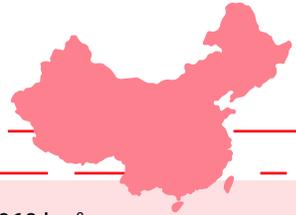


Recursos naturais: carvão (quarta maior reserva do mundo), antimônio, minério de ferro, chumbo, manganês, mica, bauxita, elementos de terras raras, minério de titânio, cromita, gás natural, diamantes, petróleo, calcário, terra arável.

Produtos agrícolas: cana-de-açúcar, arroz, trigo, leite de búfalo, batatas, legumes, bananas, milho, mangas/guavas.

Indústrias: produtos têxteis, produtos químicos, processamento de alimentos, aço, equipamento de transporte, cimento, mineração, petróleo, máquinas, software, produtos farmacêuticos.

China



PIB real: \$ 24.861 trilhões (2021)

PIB real per capita: \$ 17.600 (2021)

Área total: 9.596.960 km²

População: 1.413.142.846 (2023)

Taxa de crescimento populacional: 0,18% (2023)



Exportações: US\$ 3.554 trilhões (2021)

Destino das Exportações: Estados Unidos 17%, Hong Kong 10%, Japão 6% (2019)

Exportações - commodities: equipamento de radiodifusão, computadores, circuitos integrados, máquinas e peças de escritório, telefones (2021).

Origem das Importações: Coreia do Sul 9%, Japão 8%, Austrália 7%, Alemanha 7%, EUA 7%, Taiwan 6% (2019).

Importações - produtos de base: petróleo bruto, circuitos integrados, semicondutores ferro, gás natural, carros, ouro (2019).



Recursos naturais: carvão, minério de ferro, hélio, petróleo, gás natural, arsênio, cobalto, cádmio, ferro silício, gálio, germânio, lítio, teor de mercúrio, tântalo, telúrio, estanho, titânio, tungstênio, antimônio, manganês, magnésio, molibdênio, selênio, estrôncio, terra arável.

Produtos agrícolas: milho, arroz, legumes, trigo, cana de açúcar, batatas, pepinos, tomates, melancias, batata doce.

Indústrias: líder mundial em valor bruto de produção industrial; mineração e processamento de minério, ferro, aço, alumínio e outros metais; carvão; construção de máquinas; armamentos; têxteis e vestuário; petróleo; cimento; produtos químicos; fertilizantes; produtos de consumo (incluindo calçado, brinquedos e eletrônicos); processamento de alimentos; equipamentos de transporte (incluindo automóveis, ferroviários e locomotivas, navios, aeronaves); equipamentos de telecomunicações, veículos de lançamento espacial comercial, satélites.

África do Sul



PIB real: \$ 790.625 bilhões (2021)

PIB real per capita: \$ 13.300 (2021)

Área total: 1.219.090 km²

População: 58.048.332 (2023)

Taxa de crescimento populacional: 0,91% (2023)



Exportações: US\$ 130.885 bilhões (2021)

Destino das Exportações: China 15%, Reino Unido 8%, Alemanha 7%, Estados Unidos 6%, Índia 6% (2019).

Exportações - commodities: ouro, platina, carros, produtos de ferro, carvão, manganês, diamantes (2019).

Origem das Importações: China 18%, Alemanha 11%, Estados Unidos 6%, Índia 5% (2019).

Importações - produtos de base: petróleo bruto, petróleo refinado, carros e peças de veículos, ouro, equipamentos de radiodifusão (2019).



Recursos naturais: ouro, cromo, antimônio, carvão, minério de ferro, manganês, níquel, fosfatos, estanho, elementos de terras raras, urânio, diamantes de pedras preciosas, platina, cobre, vanádio, sal, gás natural.

Produtos agrícolas: cana-de-açúcar, milho, leite, batatas, uvas, aves, laranjas, trigo, soja, carne bovina.

Indústrias: mineração (maior produtor mundial de platina, ouro, cromo), montagem de automóveis, metalurgia, máquinas, têxteis, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, alimentos, reparação de navios comerciais.

Contexto Geopolítico

A existência do BRICS perpassou diferentes conjunturas internacionais. Seu surgimento coincidiu com o lançamento da doutrina estadunidense de Guerra ao Terror depois do ataque ao World Trade Center, que culminou na Guerra do Afeganistão (2001 - 2021) e na Guerra do Iraque (2003 - 2017). O cenário de crise da governança global se expressou na incapacidade da ONU de impedir que os Estados Unidos levasse a cabo uma invasão que não havia sido autorizada nem mesmo pelo Conselho de Segurança da própria ONU. Este fato levou os países emergentes a se articularem para pautar a ampliação do Conselho de Segurança e, ao mesmo tempo, questionar as ações unilaterais estadunidenses. Este movimento visava conter a ofensiva imperialista dos Estados Unidos e seu projeto unipolar. Neste mesmo período, irromperam manifestações contra a guerra e o imperialismo em diferentes partes do mundo, produzindo articulações em defesa da paz e de uma ordem multipolar, como os Fóruns Sociais Mundiais. A guerra na Ucrânia trouxe mais um vez, e por vezes mais forte, a necessidade de uma profunda reforma do Conselho de Segurança - cuja estrutura representa um mundo de oito décadas atrás. Mas foi a utilização do dólar como arma e as sanções que visavam destruir a Rússia economicamente que colocaram a questão de que essas instituições multilaterais hegemônicas pelo bloco ocidental não são capazes de promover a paz e olhar para os interesses dos países do Sul Global.

O surgimento do BRICS também foi resultado de mudanças políticas internas de seus países membros no início dos anos 2000. Na América Latina, a doutrina de Guerra ao Terror iniciada por George W. Bush veio acompanhada da tentativa de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pregando uma ordem neoliberal que visava submeter o continente aos interesses econômicos dos Estados Unidos. No entanto, esta proposta foi derrotada pela ascensão dos movimentos de massa e pela eleição de governos de centro-esquerda e progressistas, como foi o caso da chegada de Lula ao poder no Brasil em 2003. Ainda que diferentes, esses governos defendiam formas de desenvolvimento menos excludentes e mais autônomas que se distanciavam de Washington, impulsionando articulações Sul-Sul que culminaram na construção de órgãos de cooperação regional, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa

América (Alba), a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e na derrota da proposta da ALCA, que teria como resultado principal o domínio econômico do Estados Unidos sobre os países da região.

Neste período, a América Latina beneficiou-se também do chamado “*boom dos commodities*”, quando o crescimento econômico da China e da Índia aumentou a demanda global por petróleo, gás natural, metais e produtos agrícolas. A elevação dos preços e da demanda permitiu o aumento das exportações pelos países latino-americanos, incrementando também o ingresso de recursos financeiros que puderam ser canalizados para programas sociais voltados para a redução da desigualdade e da pobreza nestes territórios. Essas condições econômicas favoráveis possibilitaram também a recuperação da capacidade industrial até então ociosa que alavancaram por quase uma década o crescimento nestes países.

Mas o fator decisivo para o surgimento e consolidação do BRICS foi a emergência da China como potência mundial. Desde o final da década de 1970, a China organizou sua economia para inserir-se de maneira autônoma e competitiva no ambiente global. Sua imensa população constitui um gigantesco mercado interno, que gerou demanda e aumentou a própria renda nacional sustentando, junto com as exportações, níveis de crescimento em torno dos 10% ao ano nas últimas décadas. Simultaneamente, a valorização do yuan atraía capitais internacionais cuja contrapartida para a permanência no país era a transferência de tecnologia. Além disso, desde a crise asiática de 1997, a China passou a utilizar seus excedentes financeiros para aquisição de empresas no Ocidente. Ou seja, o país combinou um modelo de desenvolvimento interno, exportação, apropriação e posterior desenvolvimento tecnológico para ampliar sua capacidade de intervenção no sistema financeiro e no cenário geopolítico internacional.

Nas últimas décadas, a China vem procurando fortalecer sua posição diante da crise financeira internacional apostando na “Nova Rota da Seda”, um projeto político, econômico e de infraestrutura de articulação e conexão da Ásia, do norte da África à Europa central, reativando a produção nestes territórios, e ao mesmo tempo, garantindo sua influência nesses países. Gradualmente, o eixo de acumulação do capital deslocou-se do Ocidente para o Oriente, tendo a China como

centro articulador. Exemplo disso é que, em 2009, os Estados Unidos deixaram de ser o principal parceiro comercial do Brasil, posição que passou a ser ocupada pela China.

Nesta estratégia, a China foi acompanhada pelo ressurgimento político, econômico e militar da Rússia. Com o fim do governo de Boris Yeltsin e a eleição de Vladimir Putin, o gigante euro-asiático deixou para trás o desmonte pós-Guerra-Fria e iniciou uma rápida reconstrução. Nos anos 2010, a aliança estratégica com a China e a integração da Rússia à Nova Rota da Seda favoreceu o fornecimento de energia russa para o continente europeu e uma consequente tentativa de estreitamento dos laços diplomáticos. No entanto, a resposta do bloco Ocidental à Rússia foi dura. As promessas feitas durante o período do fim da URSS de que a Organização do Tratado do Atlântico (OTAN) não se expandiria rumo às antigas repúblicas soviéticas nunca foi cumprido. A partir dos anos 2000, a expansão ganhou ainda mais força e o gigante oriental foi progressivamente cercado e hostilizado pela OTAN, que cooptou para o bloco países que integraram a antiga União Soviética. Ao mesmo tempo, governos próximos à Rússia foram vítimas das “revoluções coloridas”, que serviram como laboratório de novos métodos de desestabilização que viriam a ser empregados em outros países. Assim, os russos só puderam contar com a China para superar o isolamento político e econômico imposto pelo Ocidente. Em contrapartida, os chineses beneficiaram-se da inserção russa na Ásia Central para expandir a sua própria zona de influência, estabelecendo uma aliança estratégica que dura até os dias atuais.

Foi somente com a irrupção da crise de 2008 que o BRICS passou a apresentar-se como uma alternativa à ordem neoliberal liderada pelos Estados Unidos. Afinal, a crise concentrou-se nos países do centro capitalista, resultando em políticas tanto de salvamento de bancos e grandes corporações, quanto de ajustes fiscais e retirada de direitos dos trabalhadores. A primeira Cúpula do BRICS ocorreu justamente nesta conjuntura e discutiu a necessidade de reformar as instituições financeiras globais e reduzir ou substituir o peso do dólar no comércio internacional. Estas questões foram pontos permanentes de discussão nas Cúpulas seguintes porque era evidente que a estrutura construída no Acordo de Bretton Woods após a II Guerra Mundial - o FMI, o Banco Mundial e a adoção

do dólar como moeda de reserva e comércio global - sempre esteve e continuaria a serviço dos países do Norte Global ao custo dos países da periferia do sistema.

Mesmo assim, o período seguinte à crise de 2008 foi de crescente dificuldades para a existência do BRICS. O reforço da presença militar dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão pela OTAN, assim como a invasão e destruição da Líbia em 2011 e da guerra na Síria no mesmo ano, indicavam que a saída da crise proposta pelo bloco Ocidental passava por uma nova ofensiva global para controlar as fontes de petróleo e matérias-primas consideradas estratégicas. Com o fracasso da Guerra ao Terror e a eleição de Donald Trump em 2016, os Estados Unidos intensificaram os ataques comerciais contra China e Rússia. O mundo passou a viver em um clima de bipolaridade e tornou-se comum definir a situação global como uma Nova Guerra Fria.

Na América Latina, os anos 2010 foram marcados por uma nova onda de instabilidade política. A derrubada dos governos de centro-esquerda e progressistas no continente por meio de novas modalidades de golpes de Estado ou por vias eleitorais, a retomada de medidas de ajuste neoliberal e o desmonte dos organismos de cooperação regional acabaram enfraquecendo a participação do continente no BRICS. No Brasil, o golpe contra Dilma Rousseff em 2016 foi decisivo para este afastamento. Além do Brasil, a ascensão da direita ao poder na Índia e a aproximação do governo sul-africano dos Estados Unidos também fragilizou a construção de alternativas geopolíticas.

Nos últimos anos, porém, observa-se um esforço de retomada do BRICS. Em 2020, a pandemia da Covid-19 eclodiu, atingindo bilhões de seres humanos e acentuou a crise econômica, reduzindo o crescimento mundial e agravando as desigualdades sociais. Neste contexto, a resposta do Estado chinês mostrou-se muito mais eficaz que a dos países ocidentais, revelando que o modelo de desenvolvimento da China poderia ser uma alternativa para os países do Sul Global. Nos últimos anos, a eclosão da guerra na Ucrânia e a onda de sanções dos países ocidentais à Rússia, com um impacto negativo sobre a economia global, expôs a ameaça que a OTAN representa para os países do Sul Global e parece estar produzindo uma tomada de consciência de que o único caminho para uma paz duradoura é a construção de um eixo alternativo ao imperialismo ocidental. Aliás,

as próprias sanções impostas pela OTAN tiveram, em alguma medida, efeito contrário ao esperado. O que se conseguiu foi enfraquecer a própria indústria europeia, inviabilizando o acesso ao gás russo - fonte de energia mais barata que as atuais impostas pelas sanções. Além disso, uma espécie de “renascimento” das relações econômicas russas com as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central e com outras regiões da Eurásia forma capazes de não apenas burlar os embargos contra a Rússia, mas de acelerar processos de integração e reorientação da economia russa. A postura das potências ocidentais acabou provocando o que todos os manuais de política internacional estadunidenses sempre alertavam como o maior risco para a hegemonia americana: o aprofundamento das relações estratégicas entre Rússia e China. Deste ponto de vista, as sanções foram um fracasso, pois mesmo países como a Índia não apenas não aceitaram a imposição dos embargos como aumentaram suas compras de gás e petróleo russo com vantagens, como a redução de preços e o pagamento em moeda nacional. No continente africano, os impactos estão sendo ainda mais profundos e provocando mudanças de governos e confrontos mais abertos com o bloco ocidental, principalmente com os antigos centros coloniais europeus.

Ao mesmo tempo, uma nova onda de eleições de governos de centro-esquerda em países latino-americanos também está favorecendo uma aproximação do continente com a China e a Rússia, recolocando o fortalecimento do BRICS na ordem do dia.

Uma alternativa ao imperialismo?

Não se trata aqui de fazer futurologias, como a de afirmar que a decadência da ordem imperialista norte-americana e a ascensão do BRICS traria um mundo sem imperialismo. Isso só o futuro dirá. O que pretendemos fazer é compreender as orientações econômicas, políticas e ideológicas de cada um dos blocos, o grau de contradição dos atuais conflitos globais e seus possíveis desdobramentos. Para isso, é necessário analisar o BRICS, mutuamente, como área de influência do desenvolvimento chinês e como um esforço de articulação autônoma do Sul Global dentro da atual ordem imperialista.

É fato que o BRICS é o primeiro bloco desde o final da Guerra Fria que se propõe a desafiar o projeto imperialista dos Estados Unidos. No entanto, ao contrário do antigo bloco soviético, o BRICS não apresenta abertamente a pretensão de construir uma ordem superior de tipo socialista. Talvez com exceção da China, que é governada por um partido comunista desde a revolução de 1949 e reivindica o caráter socialista de seu sistema econômico. Os demais membros da aliança, no entanto, estão inseridos de forma periférica no atual sistema global, seus Estados não são fruto de processos revolucionários e não têm o socialismo como horizonte. Além disso, o BRICS forma, ainda, uma aliança relativamente frágil.

Mas considerando que a China é, de longe, a principal potência envolvida no BRICS, suas orientações invariavelmente afetam os rumos do bloco. Por isso, a depender de como se define a formação social chinesa - socialismo de mercado, capitalismo de Estado, sistema híbrido, ou socialismo propriamente dito - as perspectivas sobre o BRICS também mudam. Mesmo assim, o que se percebe até o momento é que a China tem mantido uma postura relativamente pragmática no âmbito das relações internacionais, sem priorizar alinhamentos ideológicos, indicando que está disposta a conviver com o capitalismo por longo prazo, ainda que no governo de Xi Jinping seja possível notar uma inflexão para posições e

decisões que têm o socialismo e a construção de alianças com o Sul Global como horizonte.

Mas no âmbito das relações internacionais que o BRICS se propõe a construir, há características que podem apontar para a superação do imperialismo. Liderados pela China, o BRICS parece propor uma nova divisão social do trabalho que retome a centralidade do mundo da produção frente à dinâmica financeira, uma produção em novas bases ambientais, tecnológicas e sociais. Em parte, este movimento é um desdobramento das próprias contradições do capitalismo contemporâneo. A reorganização da economia global a partir dos anos 1970 produziu um deslocamento da atividade industrial dos países centrais para regiões periféricas. Com isso, países como Japão, Coreia do Sul, China, Brasil e África do Sul foram parcialmente beneficiados, mas poucos conseguiram aproveitar a conjuntura para superar a condição de subdesenvolvimento. O único que o fez sob a direção de um partido comunista, foi a China. A especificidade chinesa se tornou evidente quando, por meio do Consenso de Washington, os Estados Unidos buscaram sujeitar novamente os países então em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, à condição neocolonial. Assim, enquanto outras regiões sofreram uma desindustrialização precoce, nos anos 2000, a China se tornou a “fábrica” do mundo.

Isso conduziu a China a uma posição diferenciada dentro do sistema internacional. Diferentemente das potências ocidentais que mantiveram sua hegemonia global pelo domínio militar, tecnológico e financeiro exercido sobre nações periféricas por meio de grandes corporações privadas, a China sustentou seu crescimento nas últimas décadas apoiando-se em sua capacidade produtiva interna coordenada pelo próprio Estado e não exerceu poder colonial ou neocolonial sobre outras nações. A conformação do BRICS é, em grande medida, produto dessa nova força gravitacional no sistema internacional.

Nos anos 2000, o crescimento da demanda da China por alimentos, matérias-primas e insumos alavancou as exportações de *commodities* de outros países. Neste período, muitos críticos apontavam que a desigualdade nos termos de troca com a China apenas reforçava a posição subordinada dos países subdesenvolvidos e que, portanto, o papel do gigante oriental em nada se diferenciava do domínio imperialista ocidental. No entanto, a conjuntura que se iniciou nos anos

2010 mostrou que os efeitos do desenvolvimento chinês para o mundo são muito diferentes do velho imperialismo. A China passou não só a ser uma potência econômica, mas também um polo tecnológico de ponta e um eixo geopolítico alternativo ao bloco ocidental. Para além de seus feitos internos, como a extraordinária e bem-sucedida campanha de erradicação da fome, a China também vem transformando rapidamente a paisagem de países asiáticos, do oriente médio e africanos por meio do projeto de infraestrutura, livre fluxo de comércio e integração financeira da “Nova Rota da Seda”, com oleodutos, gasodutos, rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. Além disso, a própria China, nas últimas décadas, passou a exportar parques industriais e tecnologia, irradiando seu desenvolvimento para outros países. Com isso, a pauta de exportações desses países se tornou mais complexa e, as antigas relações de troca, menos desiguais.

Também não é possível pensar no BRICS sem vê-lo como parte de um movimento de articulação autônoma do Sul Global. Não apenas porque os integrantes do BRICS fazem parte do Sul Global, mas também porque suas alianças, prioridades comerciais, articulações políticas e diplomáticas têm se dado principalmente fora do eixo Estados Unidos - Europa. A isso soma-se o peso demográfico destes países. Só a China tem uma população de aproximadamente 1,4 bilhões de pessoas, enquanto a Europa e os Estados Unidos juntos têm cerca de 1,1 bilhões. Isso sem contar os demais membros do BRICS e a franja afro-asiática e latino-americana sob sua influência. Este é um caso em que a quantidade expressa uma diferença de qualidade. Ou seja, pela sua própria posição geográfica e histórica, a articulação dos países que fazem parte do BRICS tende a ser muito mais inclusiva que a ocidental.

Sob este ponto de vista, o BRICS pode ser visto como o esforço mais recente de uma longa luta de emancipação do Sul Global, que teve capítulos anteriores como o Movimento dos Países Não-Alinhados e as articulações pan-africanistas e latino-americanas. Nestas experiências, percebe-se a predisposição para construir mecanismos de colaboração e cooperação conjuntas mais horizontais do que aquelas estabelecidas com o Norte Global, sempre verticalizadas e desiguais. Ou seja, além da demanda por infraestrutura, tecnologia e maior capacidade de integração cultural, há potencialidade para que os países do BRICS possam criar um novo modelo de cooperação mutuamente benéfica.

Parte deste esforço passa por construir uma política monetária alternativa ao dólar e, de certa forma, está na própria origem do BRICS. Hoje, segundo o economista estadunidense Gerald Epstein¹, o dólar americano é usado em 60% dos empréstimos e depósitos bancários do mundo, responde por quase 70% da dívida global emitida em moeda estrangeira e está envolvido em quase 90% das transações cambiais globais. Este domínio do dólar permite tanto sustentar uma economia cada vez menos industrializada e mais financeirizada nos Estados Unidos, quanto exercer um poder determinante no sistema global, seja pela força das finanças, seja para a manutenção de sua indústria bélica. Segundo Epstein, a desdolarização teria vários benefícios para a comunidade global, mas principalmente reduzir a capacidade de intervenção militar dos EUA nos demais países.

De certo modo, a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento apontaria para uma superação da ordem imperialista se considerarmos que o dólar e as correspondentes instituições financeiras globais, como o FMI e o Banco Mundial, foram as bases sobre as quais se erigiu o poder global dos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial. Afinal, na contemporaneidade, poder financeiro, militar e geopolítico se retroalimentam. Neste sentido, buscar uma alternativa ao dólar desafia o atual sistema imperialista.

Parte significativo deste problema está em construir uma alternativa ao Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications (SWIFT), que é administrada pelos Serviços de Pagamento Interbancário da Câmara de Compensação da Reserva Federal dos EUA e seu Serviço de Fundos Fedwire, o sistema de transferência de fundos de liquidação bruta em tempo real operado pelo Federal Reserve Bank dos Estados Unidos. Este sistema conecta 11 mil instituições bancárias em todo o mundo e é um mecanismo eficaz para a política de sanções unilaterais dos Estados Unidos para bloquear países que considera hostil, como a Venezuela ou o Irã, asfixiando suas economias para forçar mudanças para regimes mais palatáveis a Washington, com consequências diretas na economia destes países e na vida das suas populações. Em 2014, a Rússia reagiu a este movimento de sanções com a criação do Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS), atraindo bancos centrais da Ásia Central, China, Índia e Irã. No ano seguinte, a China criou o Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço

1 <https://truthout.org/articles/is-the-us-dollar-on-the-verge-of-being-dethroned-as-the-worlds-currency/>

(CIPS), administrado pelo Banco Popular da China, que está sendo gradualmente utilizado por outros bancos centrais. Contudo, esse esforço ainda é muito incipiente e sua constituição é mais uma tentativa de preservação e segurança econômica destes países do que uma proposta anti-imperialista. Na análise de Vijay Prashad, sob as condições predominantes do sistema capitalista, a China teria que permitir a plena conversibilidade do yuan, acabar com os controles de capital e liberalizar seus mercados financeiros para que sua moeda substituísse o dólar como a moeda global. Para o coordenador do Instituto Tricontinental, “essas são opções pouco prováveis, o que significa que não haverá uma destronização iminente da hegemonia do dólar, e falar de um ‘petroyuan’ é prematuro”.²

Ou seja, esta motivação legítima não busca necessariamente construir um projeto anti-imperialista, nem se apóia em um projeto de transformação da sociedade de tipo socialista, além de ser ainda tímida mesmo dentro dos marcos do capitalismo. Apesar disso, sua própria existência é vista como uma ameaça ao poder ocidental. A questão é conseguir definir o limite de uma política de coexistência entre sistemas monetários concorrentes sem que o BRICS confronte, inclusive militarmente, os Estados Unidos, uma vez que uma ruptura ou ameaça ao sistema financeiro internacional não seria tolerado pacificamente por Washington e seus aliados.

No momento, entretanto, a principal preocupação do BRICS tem sido superar suas próprias fraquezas e contradições internas. A principal delas talvez seja a própria diversidade de realidades nacionais e falta de consistência do bloco. Outra insuficiência, à exceção da China e da Rússia, é a própria fragilidade ou ausência de projetos nacionais entre as nações do bloco. Por isso, a depender das tendências ideológicas dos governos de plantão, a posição de países como Brasil, Índia e África do Sul oscila entre a aproximação do BRICS e a manutenção de relações estreitas com os Estados Unidos e o bloco ocidental, evitando conflitos que uma aliança mais estratégica com Rússia e China poderiam gerar. Existem também contradições entre o papel geopolítico de cada país no cenário regional onde se insere e seu grau de adesão ao BRICS.

2 <https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/cartasemanal-sistema-petrodolar/>

A África do Sul, por exemplo, tem interesse em projetar-se como a “porta de entrada” do BRICS no continente africano, diante dos investimentos cada vez mais frequentes e volumosos da Rússia e da China na região. Mas ao mesmo tempo, precisa fazê-lo com cautela para que sua ação não desequilibre as relações com as outras nações. Além disso, como menor economia do bloco, a África do Sul precisa proteger a sua economia e parque industrial, limitando tradicionalmente às áreas de troca para preservar a competitividade da própria indústria. Quanto a Índia, o país tem sido cortejado por países da União Europeia, como a França, e os Estados Unidos, na esperança de que ela se torne um contrapeso à China na Ásia e na geopolítica mundial, aproveitando-se do governo de extrema-direita, mas também das diferenças culturais e disputas territoriais históricas entre indianos e chineses.

Índia e Brasil foram oposição à intenção da China e Rússia em ampliar o número de países-membros - mais de 22 nações já solicitaram sua adesão ao bloco. A ampliação dos integrantes dissolveria parte da força e dos poderes de decisão e veto dos dois países. No caso brasileiro, é estratégico no projeto do governo Lula retomar o protagonismo do país internacionalmente e reassumir a liderança sul-americana. Justamente, o volume comercial chinês ascendente na região é um obstáculo que ameaça, por exemplo, a permanência do Mercosul, diante da possibilidade de acordos de livre-comércio dos chineses com o Uruguai. A possibilidade de atuar como contrapeso aos chineses no continente pode ser uma moeda de troca brasileira no sempre desequilibrado jogo de interesses com os Estados Unidos.

E, finalmente, a Rússia, envolvida no conflito na Ucrânia, é quem tem mais a ganhar com o fortalecimento do BRICS neste momento, pois funciona como uma rota de escape para as sanções impostas pelos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, possibilita formar um cinturão de defesa do país nos fóruns internacionais. Lidar com o conflito na Ucrânia tem sido um dos principais dilemas dos outros países-membros em não atacar um aliado ou respaldar a ação russa diante da máquina de propaganda global da OTAN.

Esta postura ambígua dos países fundadores significou, algumas vezes, menos solidariedade com a Rússia, ou mais cautela em avançar em acordos que

confrontem diretamente a hegemonia do Norte Global. Da mesma forma, o Novo Banco de Desenvolvimento ainda está limitado aos países fundadores, é lento para incluir novos sócios e para o desembolso de investimentos em projetos estratégicos. Ele possui potencial, mas está longe de ser um concorrente ao Banco Mundial.

Todas estas contradições manifestaram-se na 15ª Cúpula do BRICS, realizada entre os dias 22 a 24 de agosto em Joanesburgo, na África do Sul, e ainda assim foi um evento histórico de grande magnitude. A ampliação do bloco, com a entrada de Arábia Saudita, Emirados Árabes, Argentina, Egito, Irã e Etiópia, torna o BRICS economicamente mais relevante do que o próprio G7, ao controlar 44% da produção de petróleo, 54% do arroz e 79% do alumínio, além de questões geopolíticas como, por exemplo, o acesso e, em certa medida, o controle do bloco sobre pontos estratégicos, como o Canal de Suez e o Golfo Pérsico. No entanto, a expansão também traz novos desafios, tanto em relação ao futuro do grupo quanto às diferenças entre seus participantes. Durante a Cúpula, todos evitaram provocações ou ameaças ao poder ocidental, afastando-se da lógica da Guerra Fria, mas insistiram na necessidade de reforma das instituições de governança global, especialmente a ONU e seu Conselho de Segurança. Entende-se, já que o bloco ampliou sua influência para o oriente médio, região rica em petróleo e historicamente disputada pelas potências imperialistas. Também se enfatizou a convivência pacífica entre os povos e defendeu-se o distensionamento do conflito na Ucrânia, mas sem nenhuma proposta concreta para o fim da guerra.

Ou seja, ainda que o BRICS não afrente abertamente a velha ordem mundial, não seja portador de um projeto de transformação global e não coloque em xeque diretamente a hegemonia do capital financeiro e suas grandes corporações, não significa que não tenha um papel a cumprir para a luta anti-imperialista. Afinal, mesmo com suas fraquezas e contradições, é evidente que o fortalecimento do BRICS em perspectiva histórica desafia e enfraquece a atual ordem imperialista liderada pelas potências ocidentais. A geopolítica global já não é a mesma da “Guerra ao Terror”, e a hegemonia estadunidense não tem sido capaz de impedir a emergência de um mundo multipolar. Neste sentido, o BRICS pode se constituir na primeira grande alternativa ao domínio do Norte Global nos últimos dois séculos e propor uma nova forma de governança global e de reorganização da economia mundial. Mas isso, só o futuro poderá dizer.



BRICS em números

Novos membros



Arábia Saudita



PIB real: US\$1.594 trilhões

PIB real per capita: US\$44.300

Área total: 2.149.690 km²

População: 35.939.806

Taxa de crescimento populacional: 1,65%



Exportações: US\$286.502 bilhões

Destino das Exportações: China 20%, Índia 11%, Japão 11%, Coreia do Sul 9%, Estados Unidos 5% (2019).

Exportações - petróleo bruto, petróleo refinado, polímeros, álcoois industriais, gás natural (2019).

Origem de importações: China 18%, Emirados Árabes 2%, Estados Unidos 9%, Alemanha 5% (2019).

Importações: carros, equipamentos de comunicação, petróleo refinado, medicamentos e telefones (2019).



Recursos naturais: Petróleo, gás natural, cobre, ouro, prata, zinco, leite, tâmaras, aves, frutas, melancias, cevada, trigo, batatas, ovos, tomates.

Indústrias: produção de petróleo bruto, refino de petróleo, petroquímicos básicos, amônia, gases industriais, hidróxido de sódio (soda cáustica), cimento, fertilizantes, plásticos, metais, reparo de navios comerciais, reparo de aeronaves comerciais, construção.

Argentina



PIB real: US\$ 986.134 bilhões (2021)

PIB real per capita: US\$21.500 (2021)

Área total: 2.780.400 km²

População: 46.621.847

Taxa de crescimento populacional: 0,8%



Exportações: US\$87.415 bilhões (2021)

Destino das Exportações: Brasil 16%, China 11%, EUA 7%, Chile 5% (2019).

Exportações - commodities: ferro, soja, petróleo bruto, açúcar, carnes de aves (2021).

Origem de importações: China 21%, Estados Unidos 18%, Alemanha 6%, Argentina 6% (2019).

Importações: petróleo refinado, peças de veículos, petróleo bruto, circuitos integrados, pesticidas (2019).



Recursos naturais: milho, soja, trigo, cana-de-açúcar, leite, cevada, semente de girassol, carne bovina, uvas, batatas.

Indústrias: Processamento de alimentos, veículos automotores, bens de consumo duráveis, têxteis, produtos químicos e petroquímicos, impressão, metalurgia, aço.

Emirados Árabes



PIB real: US\$653.067 bilhões (2021)

PIB real per capita: US\$69.700 (2021)

Área total: 83.600 km²

População: 9.973.449

Taxa de crescimento populacional: 0,58%



Exportações: US\$308.5 bilhões (2021)

Destino das Exportações: Índia 11%, Japão 10%, Arábia Saudita 7%, Suíça 6%, China 6%, Iraque 6% (2019).

Exportações - commodities: petróleo bruto, petróleo refinado, ouro, joias, equipamentos de transmissão (2021).

Origem de importações: China 15%, Índia 12%, Estados Unidos 7% (2019).

Importações: ouro, equipamentos de transmissão, joias, petróleo refinado, diamantes (2019),



Recursos naturais: tâmaras, pepinos, tomates, carne de cabra, ovos, leite, aves, cenouras/nabos, leite de cabra, leite de ovelha.

Indústrias: petróleo e petroquímica, pesca, alumínio, cimento, fertilizante, reparação naval comercial, materiais de construção, têxteis.

Egito



PIB real: US\$1.264 trilhões

PIB real per capita: US\$11.600

Área total: 1.001.450 km²

População: 109.546.720

Taxa de crescimento populacional: 1,59%



Exportações: US\$58.339 bilhões (2021)

Destino das Exportações: Estados Unidos 8%, Turquia 7%, Grécia 7%, Itália 6%, Índia 5% (2021).

Exportações - commodities: petróleo refinado, petróleo bruto, gás natural, fertilizantes nitrogenados, ouro (2021).

Origem de importações: China 18%, Arábia Saudita 9%, Estados Unidos 6%, Rússia 5%, Turquia 5% (2019).

Importações: petróleo refinado, trigo, automóveis, petróleo bruto, milho, medicamentos (2021).



Recursos naturais: cana-de-açúcar, beterraba, trigo, milho, tomate, arroz, batata, laranja, cebola, leite.

Indústrias: têxteis, processamento de alimentos, turismo, produtos químicos, produtos farmacêuticos, hidrocarbonetos, construção, cimento, metais, manufaturas leves.

Irã



PIB real: US\$1.319 trilhões

PIB real per capita: US\$15.000

Área total: 1.648.195 km²

População: 87.590.873

Taxa de crescimento populacional: 0,93%



Exportações: \$101.4 bilhões (2017)

Destino das Exportações: China 48%, Índia 12%, Coreia do Sul 8%, Turquia 6%, Emirados Árabes Unidos 5% (2019).

Exportações - commodities: polímeros de etileno, pistache, ferro, cobre, álcoois industriais, alumínio (2021).

Origem de importações: China 28%, Emirados Árabes Unidos 20%, Índia 11%, Turquia 7%, Brasil 6%, Alemanha 5% (2019).

Importações: arroz, milho, equipamentos de comunicação, produtos de soja, carne bovina (2019).



Recursos naturais: trigo, cana-de-açúcar, leite, beterraba, tomate, cevada, batata, laranja, aves, maçãs.

Indústrias: petróleo, produtos petroquímicos, gás, fertilizantes, soda cáustica, têxteis, cimento e outros materiais de construção, processamento de alimentos (particularmente refino de açúcar e produção de óleo vegetal), fabricação de metais ferrosos e não ferrosos, armamentos.

Etiópia



PIB real: US\$278.945

PIB real per capita: US\$2.300

Área total: 1.104.300 km²

População: 116.462.712

Taxa de crescimento populacional: 2,42%



Exportações: US\$9.496 bilhões (2021)

Destino das Exportações: China 17%, Estados Unidos 16%, Emirados Árabes Unidos 8%, Arábia Saudita 6%, Coreia do Sul 5%, Alemanha 5% (2019).

Exportações - commodities: café, ouro, gergelim, vegetais, flores, peças de aeronaves (2021).

Origem de importações: China 27%, Índia 9%, Emirados Árabes Unidos 9%, França 9%, Reino Unido 7% (2019).

Importações: aeronaves, turbinas a gás, medicamentos embalados, filamentos elétricos, carros (2019).



Recursos naturais: milho, cereais, trigo, sorgo, leite, cevada, batata doce, cana-de-açúcar.

Indústrias: processamento de alimentos, bebidas, têxteis, couro, vestuário, produtos químicos, processamento de metais, cimento.

Pesquisa e Elaboração: Anderson Barreto Moreira, Lauro Allan Duvoisin Almeida e Miguel Enrique Stedile.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

FRONT